

FACULDADE DE EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E CURRICULAR

ANA CLEIDE DA SILVA

Faculdade de Educação – FACED. E-mail: silvaana81@hotmail.com

FLÁVIO MUNIZ CHAVES

Faculdade de Educação – FACED. E-mail: flavioufc2@gmail.com

MARIA ISABEL FILGUEIRAS LIMA CIASCA

Faculdade de Educação – FACED. E-mail: isabelfil@uol.com.br

Introdução

O curso de pedagogia passou por muitas transformações ao longo dos tempos. Assim, não ficando a parti a Faculdade de Educação (FACED) que teve seu currículo modificando para atender as necessidades dos formandos do curso de pedagogia, que atualmente comemora seus cinquenta anos de existência. Assim, esse artigo ira tentar conceituar o currículo segundo alguns autores, em segunda fazendo uma breve abordagem sobre o currículo da FACED e as suas transformações para o curso de pedagogia.

Currículo e suas Definições

Currículo pode ser definido como um conjunto de dados organizados para orientar atividades escolares e as formas de execução, cuja finalidade é buscar o desenvolvimento da aprendizagem do educando. Segundo Saviani (1994) citado por Heineck (2002) o currículo abrange “o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola”. E, tomado em sentido amplo, currículo “significa todas as atividades educativas planejadas e executadas pela escola, visando ao desenvolvimento, completo e harmonioso, da personalidade integral do educando; é o caminho que a escola oferece a seus alunos a fim de que sejam alcançados os objetivos da educação” (STREHL & RÉQUIA, 1996: 41). Segundo Pedra (1997) citado por Oliveira (2008):

No Brasil, a primeira publicação tratando do tema foi *Introdução ao Estudo do Currículo da Escola Primária*, de João Roberto Moreira (1955), na década de 50. Na década de 70, o termo currículo passou a fazer parte da Lei 5.692/71 (BRASIL, 1971), inclusive com a introdução da disciplina Currículos e Programas no conjunto das disciplinas obrigatórias para a formação do pedagogo e foram criados cursos de pós-graduação que tomaram o currículo por área de concentração. Após a criação do Grupo de Trabalho de Currículo, vinculado à ANPED (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação), por volta de 1980, os estudiosos do currículo começaram a trocar suas ideias e, daí em diante, o tema passou a ser de interesse nos encontros educacionais.

No Brasil, por época do I Seminário de Tendências e Prioridades de Currículo, ocorrido em São Paulo, em 1984, educadores chegaram a listar até 50 definições de currículo (PEDRA, 1997, p.11).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB – 9.394/96, inciso II, o currículo dos cursos e programas do ensino superior deve ser fixado pela instituição, observando as diretrizes gerais pertinentes. Tomando por base esse inciso compreende-se que existe uma flexibilidade para a construção do currículo, isto é, sendo levado em consideração o contexto histórico e social.

A importância do currículo consiste em entendê-lo não mas como um simples instrumento da educação, porém como Moreira (1997, p. 9) o compreende: “um artefato social e cultural”, cuja história vincula-se às formas de organização da sociedade e da educação, com imbricações com o poder, com o controle e com a eficiência social, não sendo “[...] um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressado do conhecimento social”.

Para Pedra (1997), o currículo é uma modalidade de reinterpretção histórica das práticas e saberes que circulam no espaço

social. Para o autor, os diferentes conceitos de currículo não descrevem realidades diferentes, apenas esclarecem sobre a análise que determinado autor ou escola teórica o oferece. Assim, assinala três formas de se compreender o currículo: 1) pelos resultados, quando os conhecimentos terem sido repassados aos alunos, verificar-se o resultado da aprendizagem dos alunos; 2) pelas experiências, quando o currículo é visto como um “[...] conjunto de experiências subordinadas e controladas pela escola”; 3) pelos princípios, forma esta que é mais genérica e se liga a propostas educativas.

Assim, quando se percebeu que o desenvolvimento da personalidade e a formação do homem eram oriundos de experiências, exercícios, contato com o docente e outros conhecimentos, o conceito de currículo ampliou-se, passando a significar: “[...] meio essencial Currículo de educação que abrange as atividades dos alunos e de seus professores”, apresentando um significado duplo, atividades realizadas e produtos apresentados (MARTINS, 1992, p. 97).

Dessa forma, Perrenoud (2003), citado por Oliveira (2008):

considera que a democratização do ensino passa pelos currículos direcionados para o essencial e devem ter objetivos de formação explícitos e sensatos. Para tal, precisam ser priorizadas as “[...] aprendizagens essenciais e duráveis”, em vez de uma aprendizagem decorada e de “uma pedagogia bancária que consideraria os saberes e as competências como aquisições isoladas, a serem trabalhadas e avaliadas uma após a outra”.

Partido disso, refletimos que o currículo não deve ser caracterizado por um conjunto de normais, formado por decisões tomadas isoladamente sobre a “grade curricular”, disciplinas, métodos de ensino, carga horaria e conteúdos, mas que deve ser priorizada na sua estruturação a melhor forma de ensino-aprendizagem para o educando.

Para Paulo Freire o currículo deve ser democrático e esta em construção e reconstrução a todo instante, porque o currículo é

constituído de três pilares: conhecimento, consciência e dialogicidade, Segundo Freire (1979) citado por Scocuglia (2005).

Em suma, este caminho buscaria uma consciência crítico-reflexiva que seria caracterizada: pela “profundidade na análise de problemas e não satisfação com as aparências”; pelo entendimento de que “a realidade é mutável”; pela substituição das “explicações mágicas por princípios autênticos de casualidade”; por “verificar e testar descobertas”; por tentar “livrar-se dos preconceitos”; por ser “intensamente inquieta”; por “aceitar a delegação da responsabilidade e da autoridade”; por ser indagadora, “investiga, força, choca”; por “amar o diálogo e nutrir-se dele” e por “não repelir o velho por ser velho” e nem “aceitar o novo por ser novo”, mas aceitá-los “na medida em que são válidos”.

Breve Histórico do Currículo do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação

O ano de 2013 é muito especial para a Faculdade de Educação, pois se comemora meio século do curso de pedagogia, no qual contribuiu formando professores capacitados para atuar em várias áreas da educação tanto nos municípios do Estado do Ceará como em outros estados. Segundo Fernandes (1993) o curso de pedagogia estava nascendo junto com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1961. O Reitor Antônio Martins Filho foi o idealizador do curso, cuja principal meta era a formação de professores para o ensino médio na Universidade Federal do Ceará. Este era, segundo Fernandes (1993), o primeiro currículo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no qual estava o Curso de Pedagogia:

A primeira série era de caráter propedêutico e de orientação conjunta para os cursos de Geografia, História, Ciências Sociais e Pedagogia... Destaco a existência, neste primeiro ano, da disciplina: Introdução à lógica e ao Método Científico. Na segunda série os alunos já se matriculavam com vista

ao bacharelado ou licenciatura. Chamou-me atenção da disciplina: Teoria Geral da Educação, responsável, talvez, por toda a fundamentação da educação como ciência. A partir da terceira série já eram oferecidas disciplinas optativas. Nessa série conotação técnico-metodológica... Foi também introduzida ai a disciplina Orientação educacional. A quarta série se compõe mais de disciplinas optativas, algumas sequenciando as dadas na terceira série e outras novas, tais como: Educação Comparada, Educação para o Desenvolvimento e Problemas Educacionais do Nordeste Brasileiro. (p.47)

Neste período, o curso de Pedagogia se chamava Departamento de Educação e que se perceberam os primeiro passo em busca do aprimoramento do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceara (UFC). O currículo, neste momento, adequava-se as necessidades em que nascia a pedagogia. O curso de Pedagogia iniciou com suas atividades em 1963, neste mesmo ano é escrito o seu primeiro regimento. No ano de 1964 é feita a primeira reforma curricular no curso de Pedagogia. Essa mudança veio através do segundo regimento, após um seminário na UFC. Dialogando com Fernandes (1993), ela mostra quais foram as principais mudanças curriculares para o curso:

Ficaram como disciplinas do básico: Fisiologia Humana, Sociologia Geral, Introdução à Educação e Antropologia; Há um leque maior bem maior de disciplinas optativas; Aparece explicitamente o estágio como obrigatório para as licenciaturas de Pedagogia, o que estava omissso no Regimento anterior; Foram acrescentadas disciplinas na área de Filosofia e Educação especial. (p.53/54)

De acordo com Fernandes (1993) em 1969 há um desligamento da Pedagogia com relação a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Começava a ser coordenado pela Faculdade de Educação. Assim, na década 70, foi elaborado um novo currículo para o curso de Pedagogia, conforme Fernandes (1993):

Em 1970 é aprovado o novo currículo de Pedagogia, adaptado ao Parecer do CNE – n.º 252/69, que institui a formação dos especialistas em Educação. A partir daí a faculdade vive nova fase pedagógica, voltada para a formação do especialista em Supervisão Escolar, Administração Escolar e Orientação Educacional. (p. 85)

Dessa forma, percebe-se que o currículo era voltado para uma vertente tecnicista. Ele visava formar um profissional com outra perspectiva, não mais aquela direcionada somente para a sala de aula, ou seja, a docência. Então, tinha-se um currículo direcionado mais para a gestão escolar. Lembrando ainda, que o país passava pela Ditadura Militar e o currículo sofreu um forte impacto de força ideológica.

Na década de 80, muitas transformações aconteceram na educação. Começando pela Faculdade de Educação, que voltou a ser Departamento de Educação junto ao Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA, de acordo com Fernandes (1993). Essa mudança para o CESA só durou quatro anos, sendo que em 1984, o Departamento de Educação voltou a ter a estrutura de faculdade. Em Setembro de 1983 ocorreu mais uma mudança curricular, dentre as quais destacamos as mais importantes:

União entre conteúdo/método nas disciplinas metodológicas, passando-se a ter o Ensino de Linguagem, o Ensino de Geografia e História; o Ensino de Matemática; o Ensino das Ciências. Isto se deveu, fundamentalmente, à carência de conteúdos nessas áreas, entre nossos alunos, e à concepção de que metodologia só tem sentido se ligada ao conteúdo; Inclusão de áreas de aprofundamento, tais como: educação pré-escolar, educação especial e educação de adultos, como áreas optativas; Organização curricular por blocos de disciplinas por semestre, procurando adotar um mecanismo de articulação horizontal do currículo através de um trabalho integrado com o empenho principal do Projeto Especial. Fernandes (1993, p. 123/124)

A Faculdade de Educação, nessa mesma época, consegue vislumbrar a criação da carta máxima da nação brasileira, que é a Constituição Federal, onde está inclusa o direito a educação. Chega a última década do milênio com os desafios de melhorar seu currículo para formar professores para a escola básica e também recebe com muita alegria a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB9394/96, outro marco importante para a educação brasileira. Em 1994 o currículo do curso de pedagogia é reformulado e ficou ativo até 2006. Em 2007 é implantado um novo currículo com outras perspectivas para a educação.

As Transformações do Currículo do Curso de Pedagogia

Assim como o currículo o curso de pedagogia sofreu varias transformações ao longo do tempo, para a construção da sua identidade. Podendo ser apontando três períodos na construção da sua historia. O primeiro período ocorreu de 1939 a 1972 denominando de períodos das regulamentações, porque houve nesse momento o Decreto-Lei nº 1.190/39, o Parecer CFE nº 251/62 e o Parecer CFE nº 252/69. O segundo período foi de 1973 a 1977, sendo o período das indicações, pois tivemos o Conselho Federal de Educação que visava a reconstrução global dos cursos de nível superior de formação para o magistério. Entretanto, essa reconstrução não foi bem vista porque iria formar professor especialista, onde o curso de pedagogia seria substituindo por vários novos cursos e habilitações.

No terceiro período foi de 1978 até 1999, denominado período das propostas, tendo como base os documentos gerados pelas discussões do período anterior. Assim, Bissolli da Silva (1999) destacou as seguintes propostas como referência para análise da questão da identidade do curso de pedagogia:

a de 1981, produzida pelo Comitê pró-participação na reformulação dos cursos de pedagogia e licenciatura–regional de São Paulo; a de 1983, produzida como Documento final

do Seminário Nacional de Recursos Humanos para a Educação, promovido pelo MEC, em Belo Horizonte; a de 1998, de autoria da ANFOPE (Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação); a de 1998, produzida pelo GT Pedagogia, do V CEPFE (Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores), promovido pela Unesp, em Águas de São Pedro; a de 1999, elaborada pela Comissão de Especialistas de Ensino de Pedagogia, junto ao MEC.

Ainda, segundo Bissolli da Silva (1999):

o estudo dessas propostas evidenciam que, embora haja concordância com os princípios nucleares firmados já no início do movimento – a docência como base da formação profissional de todo educador, a qual deve supor uma base comum de estudos de forma a conduzir à compreensão da problemática educacional brasileira – são variadas as posições quanto à estruturação dos estudos pedagógicos a serem oferecidos à formação dos educadores.

Refletido sobre esses períodos, compreende-se que o curso de pedagogia parecia estar sem identidade e por isso quase deixou de existir quando se pensou no professor como especialista. Entretanto, por meios de discussões e movimentos de professores e de alunos sobre a formação pedagógica percebia-se que o curso de pedagogia não tinha uma lei que o direcionasse sobre qual era o real papel do pedagogo.

Assim, em 6 de maio de 1999 é apresentada a Proposta de Diretrizes curriculares de autoria da Comissão de Especialista de Ensino de pedagogia que foi bem acolhido pela comunidade acadêmica no que se refere ao curso de pedagogia, as suas funções possibilitando, ainda, a atuação do pedagogo em áreas novas do campo educacional. Segundo citado por Silva (1999) ficou definido como perfil do pedagogo:

Profissional habilitado a atuar no ensino, na organização e gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais e na

produção e difusão do conhecimento, em diversas áreas da educação, tendo a docência como base obrigatória de sua formação e identidade profissional (BRASIL, 1999a).

Apesar da apresentação desse documento, existiram dentro da comunidade acadêmica outros conflitos no que diz respeito aos artigos 62, 63 e 64 da Lei de Diretrizes e Bases – LDB. Segundo Bissolli da Silva (disponível na net) retirou a possibilidade do curso de pedagogia voltar-se, também, à formação de docentes para as séries iniciais do ensino fundamental e para a educação infantil. A autora relata ainda que o artigo 64 retira a possibilidade da formação de professores pelo curso quando diz que: “o fato da formação de profissionais de educação para administração, planejamento, supervisão e orientação educacional para educação básica ser atribuída ao curso de pedagogia”.

Apesar de tantos conflitos, lembramos ainda que neste período o curso de pedagogia era visava a formação de bacharéis e licenciados. Os bacharéis com duração de curso de 3 anos e para a formação e licenciado era acrescentado mas um ano de didática, conhecido como 3+1. Sendo modificando através da Resolução de 16 de maio de 2006, que define a Pedagogia enquanto uma Licenciatura. Porque se acredita que independente da área de atuação do pedagogo, ele deve ter como base a docência. Tendo como suporte para atuar em outras áreas a estrutura curricular do curso de pedagogia de forma que possa possibilitar ao pedagogo trabalho em ambientes escolares ou não escolares. Isto se configurar com Diretrizes curriculares de 2006, afirmada:

As Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio de modalidade Normal e com cursos de Educação Profissional, na área de serviços de apoio escolar, bem como outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. A formação oferecida

abrangerá, integralmente a docência, a participação da gestão e avaliação de sistemas de instituições de ensino geral, e a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e as atividades educativas (DCN, 2006, p.6)

Assim, muitos cursos de pedagogia tiveram seus currículos modificados para atender as novas diretrizes curriculares. Deixando de existir na matriz curricular as habilitações que permitiam ao pedagogo se habilitar em uma área específica após sua formação. Como exemplo temos o modelo da matriz curricular de 1999.1 da Faculdade de Educação que disponibilizava as seguintes disciplinas para o curso de pedagogia: Língua portuguesa I; Introdução a metodologia científica, a filosofia, a psicologia da educação, a sociologia; Filosofia da educação I e II; III; Psicologia do desenvolvimento. Apl. a educação I e II; Estatística aplicada a educação I; História da educação I e II; Sociologia da educação I e II; Pesquisa educacional I; Psicologia da aprendizagem I e II; Evolução da educação no Brasil; Didática geral; Educação brasileira contemporânea; Estrutura e funcionamento da educação básica; Arte e educação; Política educacional no Brasil; o Ensino da língua portuguesa, matemática, ciências, história e geografia nas séries iniciais do ensino fundamental; Estágio supervisionado nas séries iniciais do ensino fundamental e Organização social no trabalho escolar.

Em seguida após essa formação era disponibilizado as habilitações que nas áreas de arte de educação, educação de adultos e jovens, educação especial e educação infantil que de acordo com a matriz curricular o formando ainda cursaria três semestres.

Com a nova LDB de 2006 a matriz curricular desta instituição sofre algumas modificações entrando em vigor em 2007.1. Dentre essas modificações temos a introdução de novas disciplinas e de outra que eram da matriz curricular das habilitações e foi adicionada a matriz atual: Docência; História da educação e da pedagogia; Antropologia da educação; Informática na educação; Educação a distância; Educação popular de adultos e jovens, educação infantil;

Projeto pedagógicos e praticas curriculares; Organização social do trabalho não escolar e Organização e gestão de espaços educativos não escolares, etc.

Conclusão

Logo, percebe-se com este trabalho a fragilidade do curso de pedagogia e a importância de documentos que direcionem a formação do pedagogo, porém não devemos esquecer que independente de sermos pesquisadores ou educadores, o pedagogo se constrói de teoria e prática e o quanto isso é necessário para a nossa formação. Por isso, concordo com Libâneo quando definiu pedagogia como “teoria e prática da educação” (1998, p.89) e apontou a prática educativa como o “objeto peculiar de estudo da ciência pedagógica, que dá unidade aos aportes das demais ciências da educação” (1998, p.61) e estuda “o fenômeno educativo na sua globalidade” (1998, p.89).

Referências Bibliográficas

- BAHIA, CinaraCiberia Meireles. A Formação do Pedagogo no Brasil: *o movimento de reorientação curricular proposto pelo Conselho Nacional de Educação a partir da lei 9.131/95*. BELÉM-PA
- BRASIL. MEC/CNE. Resolução CNE/CP 1/2006. *Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura*.
- BISSOLLI DA SILVA, Carmem Silvia. Curso de Pedagogia no Brasil: *história e identidade*. Campinas: Autores Associados, 1999.
- BISSOLLI DA SILVA, Carmem Silvia. Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia no Brasil: *um tema vulnerável às investidas ideológicas*
- Currículo Educação: *Real, Oculto e Prescrito*. Disponível em: <http://roselainepedagogiaunopar.blogspot.com.br/2012/10/curriculo-educao-real-oculto-e.html>. Publicado em: 17 de outubro de 2012. Acesso em: jul 2013

FERNANDES, Maria Estrela. *O curso de Pedagogia da UFC: uma resenha histórica*. Fortaleza- Ceará, 1993.

FERNANDES, Maria Estrela. *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da FAGED – UFC*. Fortaleza- Ceara. 2006

Formação Humana, Currículo e Construção dos Sujeitos na Escola. Disponível em: <http://www.unescnet.br/revistaeletronica/Pedagogia/direito10.htm>, Acesso em: Jul 2013.

FURLAN, Cacilda Mendes Andrade. *História do Curso de Pedagogia no Brasil: 1939-2005*. PDF

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 1998.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB – 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: Jul 2013

Matriz Curricular de 1999 e 2007 da Faculdade de Educação do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará. UFC.

MARTINS, Joel. *Um enfoque fenomenológico do currículo: educação como poíesis*. São Paulo: Cortez, 1992.

MOREIRA, A. F. B. (Org.). *Currículo: questões atuais*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

OLIVEIRA, Zélia Maria Freire de. *CURRÍCULO: um instrumento educacional, social e cultural*. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 8, n. 24, p. 535-548, maio/ago. 2008.

PEDRA, José Alberto. *Currículo, conhecimento e suas representações*. São Paulo:

Campinas. Papirus, 1997. Coleção Práxis.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. *As Reflexões Curriculares de Paulo Freire*. Revista Lusófona de Educação, 2005. PDF

SILVA, Carmem Silvia Bissolida. *Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade*. São Paulo: Autores Associados, 1999.

STREHL, Afonso; RÉQUIA, Ivony da Rocha. *Estrutura e Funcionamento da Educação Básica: subsídios para alunos, professores e candidatos ao concurso de magistério, de acordo a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996- LDB*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.